

# Juízes e Promotores na Mira: STF Debate Limites e Abusos de Autoridade

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 9, 2024



## Introdução

A discussão sobre o enquadramento de atos de juízes e promotores como abuso de autoridade tem ganhado destaque no Supremo Tribunal Federal (STF). Com a vigência da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), que visa coibir excessos por parte de agentes públicos, o debate sobre os limites da atuação de magistrados e membros do Ministério Público se

intensificou.

## **A Lei de Abuso de Autoridade e sua Aplicação a Juízes e Promotores**

A Lei de Abuso de Autoridade tipifica diversas condutas que configuram abuso, como a violação de direitos e garantias fundamentais, a imposição de medidas privativas de liberdade fora das hipóteses legais e a inobservância dos princípios da administração pública. [Segundo o Tesauro do STF](#), o abuso de autoridade pode ser praticado por qualquer agente público, incluindo juízes e promotores.

[Associações de magistrados e membros do MP têm questionado a lei no STF](#), alegando que ela poderia criminalizar a atividade judicante e investigativa. No entanto, defensores da norma argumentam que ela visa justamente corrigir eventuais abusos e excessos.

## **Discussões no STF sobre o Tema**

O STF tem sido palco de intensos debates sobre a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade a juízes e promotores. [Em diversas ocasiões](#), ministros da Corte têm se manifestado sobre o assunto, ponderando a necessidade de coibir abusos sem comprometer a independência e a autonomia das funções judiciais e ministeriais.

Alguns ministros defendem que a lei deve ser aplicada com cautela, para evitar a criminalização indevida de atos próprios da jurisdição e da investigação. Outros ressaltam a importância de mecanismos de controle e responsabilização de eventuais excessos cometidos por juízes e promotores.

# **O Desafio de Equilibrar Independência e Controle**

O debate sobre o enquadramento de atos de juízes e promotores como abuso de autoridade evidencia o desafio de equilibrar a independência e a autonomia dessas funções com a necessidade de controle e responsabilização de eventuais abusos.

É fundamental que a atuação de magistrados e membros do MP seja pautada pela lei e pela Constituição, respeitando os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Ao mesmo tempo, é preciso assegurar que esses agentes possam exercer suas atribuições com independência e segurança jurídica, livres de pressões indevidas.

## **Conclusão**

As discussões no STF sobre o enquadramento de atos de juízes e promotores como abuso de autoridade refletem a complexidade do tema e a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio. A Lei de Abuso de Autoridade é um instrumento importante para coibir excessos, mas sua aplicação deve ser criteriosa, de modo a não comprometer a independência e a autonomia das funções judiciais e ministeriais.

O debate continuará no STF e na sociedade, buscando aprimorar os mecanismos de controle e responsabilização, ao mesmo tempo em que se preserva a essencial atuação de juízes e promotores na defesa da justiça e da ordem jurídica.